

ONDE ESTÁ O DESASTRE?*

Claudio de Moura Castro"

O milagre brasileiro foi ter conseguido certos progressos com o lamentável sistema educacional que temos. Conseguimos o quase impossível, fazê-lo com ínfimas ilhas de qualidade em um mar de mediocridade e desastre no campo educacional. Não é que sejamos estas maravilhas. Mas comparando com outros de melhores possibilidades do que nós, até que não fizemos feio nos últimos 50 anos.

Mas a experiência recente de alguns países asiáticos, nossos concorrentes, mostra que infelizmente não será possível para nós continuarmos pelo mesmo caminho. Coréia, Cingapura e outras nações passaram de situações piores do que a nossa a níveis próximos das nações ricas e industrializadas. E já estamos sentindo o peso de sua maior eficiência industrial.

Em horas de vacas gordas, conserta-se por todos os lados, na esperança de que vamos acabar acertando. Mas as vacas estão visivelmente magras. É preciso então indagar: onde estão os mais graves problemas?

As respostas usuais apontam para a deserção precoce e os milhões de crianças fora da escola como os grandes problemas. Ambos conduzem ao mesmo diagnóstico e à mesma terapia: faltam escolas; portanto, a solução é construir mais escolas, oferecer mais vagas e absorver os que saíram prematuramente.

*Texto publicado no suplemento **Idéias** do **Jornal do Brasil** de 23/07/89.

"Doutor em Economia pela Universidade de Vanterbilt, professor de pós-graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas.

A lógica é impecável. Dado o problema, a resposta é cristalina e inatacável.

Segundo as estatísticas do MEC, há 7 milhões de jovens de 7 a 14 anos fora da escola. Nota-se também que as turmas da segunda série primária têm a metade dos alunos da primeira. Se há 100 alunos na primeira série e só 50 matriculados na segunda, parece razoável dizer que o sistema perde a metade de seus efetivos nessas transições. Essa evasão de cerca de 50% na primeira série é uma das mais denunciadas mazelas do nosso ensino, e eu mesmo já escrevi sobre o assunto. Revendo as estatísticas dos alunos que não se matriculam no ano seguinte, o MEC encontra uma estatística mais conservadora: acima de um terço de abandono entre a primeira e a segunda série.

As implicações são claras. Se fosse possível evitar a evasão na primeira série, as outras seriam inundadas com um número de alunos que não conseguiriam digerir. Daí a necessidade de uma grande expansão do sistema.

Hà cerca de cinco anos, tive a oportunidade de organizar uma pesquisa com Philip Fletcher para estudar este mesmo assunto. Alguma coisa não batia nestes resultados (que eu mesmo endossava). Fletcher tomou os dados de uma pesquisa bem conhecida do IBGE (a PNAD) ao invés das estatísticas do MEC. Os métodos aplicados foram inspirados no que já havia feito para o Brasil na década de 40 o grande demógrafo italiano Giorgio Mortara, que passou muitos anos em nosso país - fugindo do fascismo. Em vez dos dados de tamanho das turmas de cada série ou dos registros de quem se matriculou ou não se matriculou, Fletcher tomou dados de pesquisas domiciliares.

Destes dados de uma pesquisa do IBGE, feita com muito esmero, fica-se sabendo quem está na escola e quem já saiu.

Escrevi com Fletcher um pequeno artigo comentando os resultados. Mas o trabalho não parou aí. Agora, em associação com Sergio Costa Ribeiro, o modelo original ganhou generalidade e elegância. Recentemente, os dois foram convidados a apresentar seu último ensaio na UNESCO e na OIT.

Acontece que os resultados provocam uma pequena revolução na interpretação do que acontece no ensino básico brasileiro. E, como as implicações para a política educacional são enormes, vale a pena seguir a linha do raciocínio que gerou tais diferenças.

Suponha-se uma escola que comece a operar com 100 alunos na primeira série. E que, ao fim do ano, todos sejam reprovados. Como resultado, terão que repetir a primeira série. No ano seguinte, entram mais 100 alunos na primeira série, que vão juntar-se aos 100 repetentes. A primeira série terá então 200 alunos. Suponha-se que, no fim do ano, todos os repetentes da primeira série sejam aprovados, e todos os novos reprovados (tal como na turma anterior). Haverá então uma segunda série com 100 alunos.

O diretor da escola, então, preenche um formulário para a estatística do MEC dizendo que há 200 alunos na primeira série e 100 na segunda. A interpretação não tarda: se a segunda série só tem metade dos alunos, os outros se extraviaram. Ou seja, haveria 50% de deserção entre a primeira e a segunda série. Mas note-se que, na verdade, a deserção é zero. A primeira série é que está inchada com as crianças de sete anos e mais as de oito que ficaram ali represadas por mais um ano. Em outras palavras, a segunda série tem exatamente o mesmo número de crianças que entrou na primeira há dois anos atrás.

Estes números não correspondem exatamente ao que acontece no Brasil. Contudo, estão bem próximos da realidade. As últimas estimativas mostram que apenas 1,9% dos alunos inicialmente matriculados na primeira série deixa de chegar à segunda. Não há virtualmente evasão na primeira série. Mais ainda, a evasão é mínima na segunda e na terceira série. É só a partir da quarta que começa a haver uma deserção importante (18,4%). Cai por terra estrondosamente o mito da evasão de 50% na primeira série (ou de mais de um terço, para tomar os dados mais rigorosos do MEC).

Prosseguindo com a análise, verificou-se que, com exceção do Nordeste rural, virtualmente todos os jovens em idade escolar entram na escola e lá permanecem muitos anos. Para ser mais exato, o jovem de hoje recebe em média 8,4 anos de escolaridade. Tiremos o chapéu para nosso sistema educacional, que hoje oferece mais anos de escolaridade que os oito prescritos em lei. Virtualmente, não há mais uma geração de jovens analfabetos, como no passado.

Tudo bem? Infelizmente, não. Com quase oito anos de permanência na escola, este grupo de jovens só consegue, em média, chegar à quinta série. Isto porque navegam muito lentamente dentro do sistema. Ao completarem seus 8,4 anos de permanência na escola, acumularam pelo menos três repetências.

Vão ficando mais velhos e mais frustrados com o que lhes oferece a escola. Sede um lado são rejeitados pela escola, de outro, atingem uma idade em que a ida para o mercado de trabalho já é quase uma imposição econômica dentro de um orçamento familiar apertado.

Se esta análise é correta, muda quase toda a política educacional para o ensino básico. O grande problema não é de mais vagas. Se não houvesse repetência, não seriam praticamente necessárias mais vagas para oferecer a todos a escolaridade de oito séries. Exceto alguns problemas geograficamente localizados e algumas escolas congestionadas em certas cidades, não faltam nem prédios e nem professores para oferecer este ensino.

O enguiço agora é a reprovação. Ao dar "bomba" em um aluno, a escola está simplesmente dizendo que ele não atingiu o rendimento que corresponde àquela série. A escola não consegue ensinar em um ritmo aceitável os conteúdos do currículo.

Passamos para outra etapa. Terminou o ciclo dos prédios e da expansão quantitativa do sistema. Entramos na etapa da qualidade do ensino. O que está errado não está na quantidade insuficiente, mas na qualidade lastimável. Fernando Spagnolo, trabalhando no bojo de uma pesquisa do Programa ECIEL, mostrou que na cidade de Barra do Corda os alunos sequer conseguiam entender um teste

calibrado para que alunos médios latino-americanos acertassem a metade das perguntas. Aplicando aos professores as provas concebidas para os alunos, os resultados se revelaram vergonhosos. Os próprios professores não conseguiam resultados satisfatórios.

Aí estamos, portanto. A revolução que está por ser feita é a da qualidade. É certamente mais árdua. Pior, tem menos interesse para os políticos. Há menos prédios para inaugurar (quantas vezes cada um?). Há menos professoras para contratar. As que fazem falta não são as sobrinhas do cabo eleitoral, mas aquelas que têm mais a oferecer em sala de aula.

A Coreia estava igualzinha ao Brasil, faz pouco tempo, com clientelismo, nepotismo e todos os outros "ismos" que são a maldição do nosso ensino. Mas houve vontade política e, pode-se dizer, já superaram a fase em que nos encontramos hoje. E os resultados estão aí para quem quiser ver.

Nossa análise discrepa da do MEC. Por consequência, aponta em uma direção subversivamente diferente daquela esposada pela política oficial. Frequentemente, certas controvérsias repousam em visões de mundo ou ideologias distintas e irreconciliáveis. No

caso presente, não. O MEC analisa seus dados de uma forma e tira conclusões logicamente corretas. Nós examinamos a mesma realidade com outras estatísticas que nos levam a outras conclusões. Um dos dois está errado. São números contra números. Alguém terá os números falsos.

Repetidamente, Fletcher e Costa Ribeiro mostraram seus métodos, dados e cálculos ao MEC. Em nenhum momento houve reparos ou objeções. Todos os estatísticos do Brasil ou de fora que examinaram os dados foram incapazes de demonstrá-los inapropriados ou contendo erros de qualquer índole. Mas Fletcher vem demonstrando a fragilidade metodológica e a pouca confiabilidade das estatísticas escolares.

Para terminar, de duas, uma. Se for possível demonstrar que estas novas análises do ensino básico estão erradas, fica tudo como dantes. Mas, se não são encontrados equívocos nos procedimentos, não há como deixar de aceitar as inevitáveis mudanças de rumo na política educacional. Como ex-parceiro do trabalho de Fletcher e Costa Ribeiro, sou o primeiro a admitir que podemos estar todos redondamente enganados. Dada a importância do problema, seria o caso de que demógrafos e estatísticos verificassem com o máximo de rigor estes trabalhos.